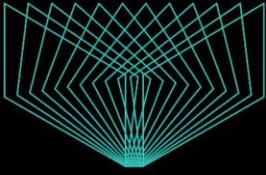


“Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos, Impactos e Soluções”

**Estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos analisa causas e consequências da abstenção em Portugal e apresenta recomendações para aumentar a participação eleitoral**

- Da autoria de João Cancela e de José Santana Pereira, esta é a análise mais extensa até à data sobre as causas e as consequências da abstenção eleitoral em Portugal;
- Conclui-se que, em eleições legislativas, presidenciais e europeias, a participação é mais elevada nas zonas urbanas, enquanto nas autárquicas os eleitores das zonas rurais e híbridas tendem a votar mais.
- O sentimento de dever cívico é o fator mais determinante na decisão de votar. Os eleitores mais jovens, os menos escolarizados, os que pertencem a classes sociais mais baixas, os que adquiriram a nacionalidade portuguesa e/ou pertencem a uma minoria étnica e os que vivem mais longe do local de voto tendem a participar menos em eleições.
- Ao contrário do que se verifica em muitos países, em Portugal, os abstencionistas posicionam-se ligeiramente mais à direita e preferem ser representados por políticos não profissionais. Em relação a temas como o sistema penal ou o papel do Estado e dos privados na saúde e na educação não há diferenças significativas face aos votantes assíduos.
- Os autores recomendam, entre outras medidas, estimular o dever cívico nas escolas, logo no 1º ciclo, e expandir o voto antecipado em mobilidade. Não se recomenda a instituição do voto obrigatório nem do voto *online*.

O novo estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) — “Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos, Impactos e Soluções” — oferece a mais extensa análise até à data sobre a abstenção eleitoral em Portugal, cobrindo todo o período democrático e os vários tipos de eleições. Da autoria dos investigadores João Cancela (NOVA-FCSH) e José Santana Pereira (ISCTE-IUL), o estudo combina métodos quantitativos e qualitativos,



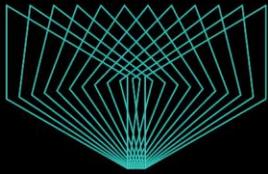
designadamente um inquérito a 2.405 eleitores, aplicado entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, seis *focus groups* com abstencionistas/votantes intermitentes e três encontros com representantes políticos. Os autores apresentam ainda recomendações de medidas para aumentar a participação. A investigação será disponibilizada na íntegra esta sexta-feira, dia 26 de setembro, no [site da FFMS](#).

A participação eleitoral é fundamental para a qualidade da democracia. Não obstante a aparente inversão em anos recentes, Portugal tem registado uma tendência de declínio da participação eleitoral nas últimas décadas. Desta problemática, decorre uma série de perguntas: quem se abstém em Portugal e porquê? Que argumentos invocam os abstencionistas para justificar o afastamento das urnas? E que medidas poderiam contribuir para aumentar os níveis de participação eleitoral? Ao longo de quatro anos, os autores procuraram respostas a estas e outras questões.

Através de estimativas que têm em conta os eleitores que efetivamente residem em território nacional, conclui-se que as taxas de participação eleitoral são mais altas do que os números oficiais apontam. Nas legislativas de 2025, por exemplo, a taxa oficial de participação no território nacional foi de 64%. As estimativas do estudo sugerem, contudo, que 73% dos eleitores que vivem em Portugal se dirigiram às urnas.

Nas últimas décadas, registou-se uma maior mobilização do eleitorado nas legislativas e nas autárquicas do que nas restantes eleições. Há também diferenças geográficas relevantes. Nas autárquicas, vota-se tendencialmente mais nas zonas rurais e híbridas, especialmente desde a década de 1990. Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre as eleições autárquicas de 2021.

Os investigadores aferiram a probabilidade de voto com base em: características sociodemográficas, como género, idade, nível de escolaridade, classe social, nacionalidade,



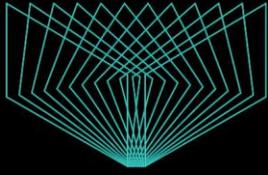
prática religiosa; atitudinais, como sentimento de dever cívico e interesse pela política; e barreiras práticas, designadamente a distância do local de voto. O sentimento de que votar é um dever destaca-se como o fator mais determinante na decisão de participar em eleições, funcionando como uma barreira contra a influência de fatores contextuais ou obstáculos práticos.

Ao contrário do que se verifica em muitos países, os resultados sugerem que os votantes intermitentes e os abstencionistas se posicionam ligeiramente mais à direita. Além disso, preferem ser representados por políticos não profissionais. Não obstante, quanto à maioria dos temas analisados, como o sistema penal ou o papel do Estado e dos privados na saúde e educação, não se encontram diferenças significativas entre abstencionistas e votantes frequentes.

Os inquiridos referiram como principais impactos da abstenção: a não responsabilização dos políticos por eventuais más decisões tomadas (1º), a falta de consideração dos interesses de todos na formulação de políticas públicas (2º) e o défice de legitimidade dos eleitos (3º).

Além do inquérito, o estudo inclui testemunhos em discurso direto de abstencionistas/votantes intermitentes, autarcas e deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu. Entre as narrativas e os argumentos dos abstencionistas sobre as razões que levam os cidadãos a não votar destacam-se: a desconfiança na política e nos políticos, a perceção de ineficácia do seu voto para efetivar mudanças, o desinteresse pela política e a insatisfação face à oferta partidária existente, associada à ideia de que os partidos não se distinguem entre si.

Quando questionados sobre o que leva os cidadãos a não votar, os representantes políticos corroboram as ideias anteriores e reconhecem a contribuição dos partidos no afastamento dos cidadãos. Por um lado, consideram que entre os abstencionistas prevalece a imagem de



que os políticos não cumprem as suas promessas nem resolvem os problemas das pessoas. Por outro lado, uma parte dos eleitos entende que alguns cidadãos tomam a democracia e o bem-estar social como garantidos. O papel dos *media* é também referido, quer pela promoção de imagens e atitudes negativas face à política, quer por não fornecerem informação relevante.

Entre as recomendações com vista a aumentar a participação eleitoral em Portugal, apresentadas pelos autores, propõem-se as seguintes: estimular o dever cívico através de intervenções escolares, logo no 1º ciclo; integrar conteúdos de cidadania ativa em programas para cidadãos recém-naturalizados; expandir o voto antecipado em mobilidade; realizar um teste-piloto de redução da idade de voto para os 16 anos; e relançar o debate sobre a introdução de um círculo nacional de compensação. Apesar de serem populares entre alguns segmentos do eleitorado, não se recomenda a introdução do voto *online*, pelos riscos de segurança associados, ou do voto obrigatório, devido à baixa aceitação social e aos riscos de comprometer a liberdade individual e de gerar votos pouco informados.

**Para esclarecimentos adicionais:**

Manuel Louro | 918 881 124 | [manuel.louro@jlma.pt](mailto:manuel.louro@jlma.pt)

Maria João Soares | 914 237 487 | [mjsoares@jlma.pt](mailto:mjsoares@jlma.pt)

António Moreira | 919 626 977 | [avmoreira@jlma.pt](mailto:avmoreira@jlma.pt)